

Resenha

BANZZATT, R. B. **Pesquisa e prática profissional**: educação especial. Curitiba: IBEPX, 2009, 101p.

Simone Tonoli Oliveira Roiz*

Para que lado caminha a inclusão?

A educação especial é um tema que vem sendo discutido tanto por profissionais da educação, quanto por aqueles que, de uma forma ou de outra, se preocupam ou se identificam com o assunto. A educação inclusiva no Brasil foi e ainda está sendo muito polêmica, talvez pelas insuperáveis formas de exclusão, que se arrastam ano após ano. Incluir não consiste em apenas inserir uma criança, ou jovem portadora de alguma necessidade especial, dentro de uma sala do ensino regular, sem ao menos ter um ambiente adequado para recebê-la, e profissionais minimamente qualificados e aptos a exercer tal função.

Nesse sentido, se faz necessário um melhor esclarecimento do que vem a ser inclusão, pois, o que está havendo mais se parece uma integração do que propriamente um ato de incluir. Obviamente, não se pode generalizar. Muitas instituições tem feito um enorme esforço para incluir de forma adequada crianças e jovens, com histórico de necessidades especiais, por meio de adaptações em suas salas e qualificando professores e funcionários que ali se encontram. A autora deste livro mostra a importância deste tipo de pesquisa para a prática de ensino.

Entretanto, o livro se apresenta mais como um manual didático, do que propriamente uma pesquisa empírica. Mas traz consigo um trabalho de grande valia para os dias atuais, em função do recenseamento que faz da discussão. Em síntese, o principal objetivo da autora é de apresentar a importância da pesquisa para profissionais da educação e, principalmente, para aqueles que atuam com a inclusão dentro do âmbito escolar.

No primeiro capítulo autora discute a relação e a "importância da pesquisa para a prática profissional em educação especial". Segundo ela:

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), bolsista CAPES. Curitiba, Paraná, Brasil.

A realização de pesquisas na educação especial fornecerá subsídios para uma melhor atuação na complexa e dinâmica realidade educacional, tendo em vista a diversidade de alunos que ali transitam, a fim de promover o seu acesso aos saberes que compõe o currículo (p. 19).

Já Paulo Freire dizia que: “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro [...] pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (1996, p. 29). No capítulo seguinte, a autora fala da complexidade que há entre professor e aluno dentro do âmbito escolar, por que “a sala de aula não é apenas um espaço geográfico, mas um ambiente constituído por uma diversidade valiosa, em que o processo de ensino e aprendizagem deve ser privilegiado” (p. 29). E, no entanto, o que lemos e presenciamos estão bem distantes de nossa realidade.

No terceiro capítulo, ela faz uma breve trajetória sobre a inclusão, desde seus primórdios até os dias atuais. Voltando ao passado ela apresenta como as pessoas com alguma necessidade especial eram vistas perante a sociedade e a escola. Enfatizando tal questão, a autora diz que:

Os primeiros registros de que se tem notícia sobre o atendimento prestado as pessoas com deficiência datam do final do século XVIII. Antes desse período, era considerado normal praticar infanticídio quando se observava alguma anormalidade nas crianças. A partir do século XVII, os deficientes passaram a ser internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de instituições, juntamente com delinquentes, idosos pedintes, ou seja, eram excluídos do convívio social, por causa da discriminação que então vigorava contra pessoas diferentes (p. 40).

Para ela, a sociedade só tomou consciência da necessidade de apoio às pessoas com deficiência no final do “século XVIII e início do século XIX. Era um apoio assistencialista aonde era oferecido, abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo. Entretanto, sabe-se que na verdade, elas eram consideradas um perigo para sociedade” (p. 41). Segundo ela, nesse mesmo período multiplicam-se as classes e escolas especiais, que representavam uma discriminação e rotulação em função das suas deficiências. Além disso, tinha um currículo específico e separado do ensino regular. Mas se levarmos em consideração como acontecia o processo de inclusão em algumas instituições, pode-se dizer que houve um retrocesso em relação ao século passado. A diferença é a sutileza de como ela vem sendo manifestada, ou seja, a exclusão e a discriminação ainda continuam sendo praticadas. O que mudou foi à forma com a qual cada um a ‘encara’. Mesmo considerando que perante a lei os direitos são iguais para todos indiferentemente da sua etnia, classe socioeconômica ou cultura, o que vivenciamos em determinadas situações está bem longe de ser inclusão, como muitos dizem e insistem em dizer.

Por fim, no último capítulo, ela apresenta como deve ser uma escola inclusiva e as principais adaptações necessárias para receber crianças com necessidades especiais. Segundo ela: “o desenvolvimento profissional do professor e o currículo são um dos principais fatores de mudança para atender a diversidade de alunos” (p. 80). Mais, a escola que pretende ser inclusiva também deve proporcionar formação continuada a todos profissionais envolvidos. Mas para que isso venha a se tornar algo concreto, torna-se inadiável não só a preparação dos profissionais envolvidos, mas também o comprometimento dos órgãos públicos, em rever a atual situação onde se encontra a educação inclusiva no Brasil. Por outro lado, enquanto cidadãos ativos devemos cobrar por melhores investimentos, ao invés de cruzar os braços e exigir dos educadores o que deveria ser tarefa do próprio governo. De nada adianta jogar toda culpa e responsabilidade nas escolas, ou nos educadores, se não reivindicamos pelos nossos direitos perante o governo.

Se for direito e se está na lei que crianças e jovens com necessidades especiais têm o direito de estarem em escolas de ensino regular, também é direito e dever de todos (principalmente das famílias) que pretendem matricular os filhos no ensino regular passarem a conhecer melhor a lei, que assegura esses direitos. Muitas dessas famílias desconhecem os seus verdadeiros direitos e, principalmente, o seu dever, e acabam confundindo direito com ação ‘paternal’, ou seja, julgam a escola e os educadores como sendo obrigados a atender situações que propriamente dizem respeito à família e não a escola ou aos educadores, como vem acontecendo. Por isso, se faz necessário a conscientização, e um melhor esclarecimento para estas famílias, ao incluírem seus filhos, para que assim escola e família possam estar trabalhando juntas, sobre um dos mecanismos de exclusão na sociedade.

O presente texto buscou contribuir para um melhor entendimento da educação inclusiva e suas principais implicações para uma escola ser inclusiva mediante as necessidades educacionais de cada criança, ou jovem, que ali se encontra. De modo sintético e direto a autora demonstra os principais percalços enfrentados por escolas, educadores e famílias ao enfrentarem os dilemas lançados pela questão da inclusão escolar. Pode-se, evidentemente, discordar de um ou outro argumento da autora, mas não há como negar a importância de seu texto, para um melhor delineamento deste tema.

Correspondência

Simone Oliveira Roiz – Rua Tibaji, n. 459, Apt. 100, CEP 80060-110 Centro de Curitiba (PR).
E-mail: simoneediogo@hotmail.com

Recebido em 23 de outubro de 2009
Aprovado em 29 de março de 2010

